

JOSÉ PINTO PEIXOTO • LUIZ MARIA DA CAMARA PINA • ANTÓNIO
JORGE ANDRADE DE GOUVEIA • JOSÉ TOSCANO RICO • MANUEL
JACINTO NUNES • JACINTO DO PRADO COELHO • FERNANDO DIAS AGUDO

COMEMORAÇÕES
DO
II CENTENÁRIO DA ACADEMIA
DAS
CIÊNCIAS DE LISBOA



PUBLICAÇÕES DO II CENTENÁRIO DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA
LISBOA • 1995

Na sua «Análise espectral da Europa», publicada há mais de 50 anos, Keyserling afirmava que os portugueses têm medo da profundidade. Terá ele razão e muitas das críticas que têm surgido serão o resultado de contactos superficiais com esta casa, do desconhecimento do que se faz e, sobretudo, das condições em que se faz, com um orçamento tão modesto que alguns chegam a confundir falta de meios com falta de vocação para certas tarefas?

Por outro lado, os matemáticos sabem muito bem que é mais fácil negar a veracidade de uma proposição (pois basta encontrar um só exemplo que a contradiga) do que afirmá-la (para isso necessitamos de toda uma prova sem mácula). Transpondo para a vida quotidiana, não se ignora que é muito fácil criticar desfavoravelmente do que apresentar soluções para os problemas.

Talvez por isso — com um certo desencantamento o afirmo — vivemos num país onde, quando uma entidade (indivíduo ou grupo) se quer distinguir de outra, em vez de se esforçar por fazer o melhor que pode (com o que todos lucraríamos) não raras vezes o que faz é criar entraves à acção da segunda (com o que todos perdemos!)

Senhor Presidente da República

NISI UTILE EST QUOD FACIMUS, STULTA EST GLORIA

Ao entrar a Academia das Ciências de Lisboa no terceiro século de existência, os seus cientistas, enfrentando embora inúmeras dificuldades, continuarão a trabalhar o melhor que puderem — convictos, como estão, de que, a mais curto ou mais longo prazo, acabará por ser útil aquilo que fizerem.

DISCURSO PROFERIDO PELO VICE-PRESIDENTE
DA ACADEMIA E PRESIDENTE DA CLASSE DE LETRAS
PROF. DOUTOR M. JACINTO NUNES

Senhor Presidente da República

Senhor Presidente da Academia das Ciências

Senhor Presidente da Academia de História

Senhores Académicos

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Tem esta Academia a honra de ver presidir à Sessão de encerramento das Comemorações do seu 2.º Centenário quem na tradição presidia aos seus destinos. De facto, o Chefe do Estado, o Rei, no regime monárquico então vigente, era, por disposição estatutária, o Presidente da Real Academia das Ciências de Lisboa.

E embora tal atribuição tenha desaparecido da letra da lei, mantém-se o simbolismo da figura, e esta Academia ao convidar V. Ex.^a para presidir a esta cerimónia fê-lo pela importância do facto que se celebra, mas no fundo com o sentimento que algo não estaria bem se ela não fosse presidida pelo Chefe de Estado, hoje, ainda que apenas simbólico Presidente da Academia.

A Academia das Ciências de Lisboa, fundada como todos sabem por Dona Maria I, em 1779, teve como seu primeiro presidente executivo e fundador D. João Carlos de Bragança, Duque de Lafões, neto de D. Pedro II. Foi ele, com João Correia da Serra, o Abade da Serra, os dois obreiros da Instituição, que, com períodos de muito brilho e outros de muito apagamento, sobreviveu até aos nossos dias e se mantém em plena actividade ainda que com funções diferentes. Subsídio valioso para a sua história deu em 1927, o então Secretário Geral da Academia, Cristóvão Aires, e mais recentemente, em 1981, o Dr. Rómulo de

Carvalho — «A actividade pedagógica da Academia de Ciências de Lisboa nos séculos XVIII e XIX».

D. João Carlos de Bragança¹, o Duque de Lafões, que deu nome à nossa casa — a Casa de Lafões — era o tipo de homem dotado para uma iniciativa deste tipo. Tendo incorrido no desagrado do Marquês de Pombal, refugiou-se em Inglaterra tendo sido membro da Sociedade Real de Londres. Percorreu praticamente toda a Europa: a Suíça, a Itália, a França, a Grécia, a Prússia, a Polónia, os países escandinavos, a própria Lapónia, o Oriente, e o Egipto.

Era um homem da sua época, o chamado *enciclopedista*, no significado que o termo tinha no seu século.

Em Itália, trava conhecimento com Abade Correia da Serra que veio a ser um eminente naturalista, e que para ali fora levado por seu pai Luís, amigo e condiscípulo em Coimbra do Duque de Lafões.

Entre os dois homens, não obstante a diferença de idade, cerca de 30 anos, estabeleceu-se uma convivência tão frutuosa que está na base, logo após o início do reinado de Dona Maria, da criação da Real Academia das Ciências, cujos estatutos devem em grande parte ter sido elaborados por Correia da Serra com a influência de Vandelli, lente em Coimbra e do Visconde de Barbacena (que foi o 1.º Secretário da Academia).

Mas o Duque de Lafões pelo seu entusiasmo no tocante à necessidade da criação de uma Instituição do género da Academia e pela sua influência junto da corte é sem dúvida a figura mais saliente da criação da Academia. Era um espírito superior. Apenas não foi feliz como militar, derrotado pelo Príncipe da Paz, Manuel de Godoy, em 1801, foi destituído de todos os seus cargos militares. Deve dizer-se, em abono da verdade, que a opinião sobre a sua capacidade como chefe militar não é ainda pacífica.

Sobre a sua figura, teceu Mendes Leal, ao fazer o seu elogio histórico em 1859, as seguintes considerações que merecem ser lembradas:

«São de sua natureza ephemeras e transitórias as jerarquias e os títulos que derivam só do privilégio. Há uma nobiliarchia que não morre com os tempos porque vem da estimação pessoal. Caducam as instituições com os séculos; a realeza da intelligência eleva-se com elles.

¹ João Carlos de Bragança Sousa Ligne Tavares Mascarenhas da Silva. Filho 2.º de D. Miguel, por seu turno, filho legitimado de D. Pedro II.

Nem a poeira das revoluções lhes deslustra as insignias nem o embate das ondas populares lhes apaga os braços. Cresce com o volver das edades, sublima-se com os progressos da razão e a humanidade reconhece n'ella o único direito (divino).

Os emblemas heráldicos, immóveis no tumulto, carregam a sombra aos que jazem se os não alumia a gloria merecida. Então se julga essa gloria quando as paixões arrefecem nas cinzas. Para uns começa o esquecimento; para outros toma azas a fama.

Não poucas vezes a justiça da posteridade vinga ahi dos caprichos da fortuna, das cegueiras do acaso, dos erros da sorte, dos tiros da inveja, da ingratião dos povos, ou do favor dos potentados, a memória dos homens que o mundo applaudira enganado, ou condemnara illudido; e muitos que invadiram eminencias no século nem podem achar um logar na história.»

Descontado o estilo da época, é uma homenagem sincera e elucidativa até para os nossos dias.

Mas que espécie de instituição procuraram criar estes homens? Não era o jardim ateniense onde Platão ensinava. Nem era o tipo das academias literárias seiscentistas que já tinham tido a sua difusão entre nós.

As academias que começaram a surgir no século XVII, correspondiam a «uma necessidade social de congregação colectiva de esforços», quando os investigadores científicos, abertamente voltados para a natureza por via experimental, sentiram a necessidade de se ouvir mutuamente e de terem notícias dos trabalhos que se iam efectuando, aqui e ali, em matéria de investigação. Como escreve Rómulo de Carvalho:

«As academias eram, com efeito, congregações do saber, era nelas que se encontravam os homens capazes de solucionar os problemas das nações nos âmbitos científico e técnico, e era a eles que os Governos se dirijiam, pedindo conselhos, sugestões, pareceres. Na falta de organismos específicos, como hoje existem, recorria-se às academias para que estudassem, os solos, as floras e as faunas, os fenómenos meteorológicos, as questões económicas e tudo quanto tivesse interesse imediato para a prosperidade das nações. As academias eram portanto uma peça fundamental de uma sociedade que se pretendia progressiva e dinâmica.»

São sintomáticos os títulos e principalmente a substância dos trabalhos dos primeiros anos da Academia, então, dividida em três secções: ciências naturais; ciências exactas (matemática) e literatura ou ciências morais e políticas.

Mais especificamente a Academia repartia-se por três classes: «Os da primeira indagarão a qualidade, leis e propriedades dos corpos por meio da observação e da análise, os efeitos e novas propriedades que resultam da combinação de uns com os outros e o *como e porquê* dos fenómenos naturais (abrangia a Meteorologia, a Química, a Botânica, a História Natural, etc.); ficará para os da segunda o *quanto* deles, e as relações e propriedades de grandeza tanto em geral como em particular (abrangia a Aritmética, a Geometria, a Mecânica e a Astronomia). As Belas Artes, por serem uma parte indispensável da Instrução Nacional, farão a terceira classe a qual se deverá aplicar particularmente aos vários ramos de Literatura Nacional (literatura).

Na orientação referida para o aparecimento das novas academias tinham surgido já a Royal Society em Londres, a Academie Française em Paris, a Academia Italiana.

No caso português, os fundadores da Academia das Ciências viam nela a articulação necessária entre a Universidade Pombalina e as exigências da investigação e do fomento.

D. Francisco de Lemos, o Reitor reformador, na sua Relação Geral sobre a Universidade entende que: «o remédio contra a tendência inevitável para a imobilização nas Universidade é a criação de uma Academia como aquelas a quem deve a Inglaterra e a França a sua opulência e o florescente estado das Artes, da paz e da guerra, e a Rússia o erguer-se da barbaridade».

Voltando à natureza dos trabalhos iniciais da Academia há que referir que, de facto, até cerca de 1840, a Academia publica entre outros os seguintes trabalhos que queremos salientar: 5 volumes de Memórias Económicas (1789-1815); 2 volumes de Memórias da Agricultura Premiadas (1788-1791); 9 volumes de Memórias de Literatura Portuguesa (1792-1814); 20 volumes de História e Memórias (1797-1839); 5 de Livros Inéditos de História de Portugal (1790-1824); 8 volumes da Colecção dos Principais Autores da História Portuguesa (1806-1809); além do 1.º volume do Dicionário recentemente reeditado com as actualizações devidas.

Já mais tarde, em 1852, não posso deixar de notar a publicação por iniciativa de Alexandre Herculano, Vice-Presidente da Academia, da «Portugaliæ Monumenta Histórica», hoje também em reedição.

Disse há pouco que o conteúdo destes trabalhos era bem significativo do espírito que presidiu à criação da Academia. Podemos exemplificar com as Memórias Económicas que melhor conheço: a sua orienta-

ção desenvolve-se dentro da óptica fisiocrática. Assim, no discurso preliminar do 1.º volume daquelas memórias escreve o Abade Correia da Serra: «O primeiro passo de uma Nação para aproveitar as suas vantagens é conhecer perfeitamente as terras que habita, o que em si produzem, o de que são capazes».

Os assuntos eram, todavia, expostos com carácter prático, sem divagações. Independentemente do julgamento que hoje se possa fazer sobre a qualidade de alguns deles, são de facto como diz Rómulo de Carvalho «um sinal da revolução na sociedade portuguesa de época».

Tais memórias incluem temas tais como: a ferrugem das oliveiras, o sal e as salinas, minas, algodão, sobre a decadência das parcerias em Portugal, papel, transplantação de árvores, a agricultura do reino e suas conquistas², «discriminação física e económica de Coimbra e seus arredores», causas da diferente população de Portugal em diversos tempos da monarquia, sobre as verdadeiras causas porque o luxo tem sido nocivo aos portugueses.

É de facto um «desafio à mentalidade portuguesa, a actividade da Academia e que torna possível reunir numa sala um público atento e interessado falar sobre a ferrugem das oliveiras, ou sobre o carvão de pedra».

Simultaneamente a Academia é encarregada de um Museu de História Natural, do Jardim Botânico, de um Gabinete de Física, do Observatório Astronómico, de um Laboratório Químico e reúne uma Biblioteca que é considerada notável e que hoje é das maiores e melhores do País.

As mudanças várias da sede da Academia arruinaram muito do material dos laboratórios. A sua actividade mais intensa foi exercida no Museu de História Natural, no que terá tido influência, designadamente no início da sua actividade, a competência, como botânico, e a dedicação do Abade Correia da Serra.

Em 1837, é criada a Escola Politécnica que tinha, quanto a certas actividades científicas, competências análogas à da Academia das Ciências, erigida, em parte, como dissemos, pela falta de instituições daquela natureza. Daí que o Jardim Botânico passasse dois anos depois em 1839 para a jurisdição da Escola Politécnica.

A passagem do Museu de História Natural, foi mais demorada, pois gerou-se uma disputa à volta do problema. De um lado Barbosa

² Domingos Vandelli.

du Bocage, lente da Politécnica e Sócio da Academia, e Andrade Corvo que defendiam a passagem do Museu para a Politécnica a tal se opondo tenazmente Alexandre Herculano.

A discussão prosseguiu, e o Governo acabou por decretar, em 1858, a transferência para a Escola Politécnica do Museu de História Natural, depois chamado Museu Barbosa du Bocage em homenagem ao naturalista que tanto se bateu pela sua conservação e que felizmente não assistiu à sua total destruição no incêndio pavoroso que devastou a actual Faculdade de Ciências em 1978.

*

Feitas algumas considerações sobre o passado da Academia há que referir o que é hoje a Academia, mas principalmente que futuro se lhe pode antever.

Do ponto de vista da sua organização a Academia tem hoje duas classes, Ciências e Letras, com um número limitado a quarenta sócios efectivos e oitenta sócios correspondentes igualmente distribuídos pelas duas classes. Tem uma preciosa e vasta Biblioteca, a 3.^a do País, mas não tem um Bibliotecário, tem uns resquícios de museu e organiza sessões semanais onde alternam as classes para comunicações dos seus sócios. Uma das suas mais importantes funções é a organização de colóquios e seminários sobre temas da maior actualidade e importância de que se pode dar uma ideia referindo que neles têm participado inúmeras figuras laureadas com o Prémio Nobel. Outra actividade de importância capital para a cultura do País é a reedição de trabalhos inéditos ou esgotados de valor histórico excepcional. Cito ao acaso: estamos a publicar os «State papers» relativo a correspondência oficial entre a Grã-Bretanha e Portugal de 1662 a 1780, o Livro das Monções, o Glossário Luso-Asiático e a «Portugaliæ Monumenta Historica», uma colectânea de 5 volumes a propósito do IV Centenário da Morte de Camões, de que já saiu o 1.^o volume, e que é uma edição comparativa das duas primeiras edições. Publicamos essa obra magnífica que é o Livro das Armadas, reeditamos a Fonte dos Lusíadas e publicamos além de 2 volumes anuais das Memórias de cada classe, inúmeros trabalhos. É óbvio que devemos milhares de contos relativos a esta actividade pela insignificância das verbas que nos são atribuídas, mas desesperadamente teimamos em manter viva quanto possível uma actividade que reputamos de fundamental importância para a Cultura Portuguesa,

alheios ao esquecimento a que somos votados, especialmente no aspecto financeiro e noutros.

O que disse da Biblioteca, face ao seu acervo é um crime gravíssimo contra a Cultura Nacional. Mas por mais alto que se proclame este verdadeiro atentado à Cultura, responde-nos o eco da indiferença. Mesmo num País de costumes brandos, alguém um dia responderá, se se vier a perder um património de valor incalculável.

Mas face à situação que descrevi o que virá a ser a Academia? Definhar-se em morte lenta? Os seus associados, esgotado o milagre da sua paciência, entregarão as chaves, deixando extinguir a Academia?

Creio francamente pessimista quer uma, quer outra das hipóteses. A Academia sobreviveu duzentos anos e vai continuar. Seremos o que nos deixarem ser, pelos condicionalismos financeiros, mas em boa parte seremos, também, aquilo que desejarmos ser.

A Academia para além do problema gravíssimo da sua Biblioteca e de questões também preocupantes no tocante a estruturas de apoio administrativo, tem um problema fundamental a resolver: o que pretende ser? e o que pode ser face aos condicionalismos da época e do País?

Não foi para importunar V. Exas. que me detive nas razões da fundação da Academia: congregação onde se encontravam os homens de saber para trocarem impressões sobre os problemas das nações nos âmbitos científico, técnico e literário. Nada impede que a Academia continue a dar aos Governos — como se dizia — conselhos, sugestões e pareceres. Existem hoje como disse organismos especializados que a complexidade da actividade governativa tornou indispensáveis e a Academia obviamente não está em condições, senão em casos particulares, de continuar a exercer essas funções, mas pode fazer-lo muita utilidade.

Não terão sido úteis, para esclarecimento da governação, por reunir os maiores especialistas portugueses, três colóquios não há muito realizados pela Academia sobre temas tão díspares como «Climatologia», «Acidentes de viação» e a «Violência», mal social que tende a minar as sociedades modernas?

E o colóquio sobre Keynes, não terá trazido alguma luz para o esclarecimento da acção no domínio da política económica?

Não se pode pois, como alguns pretendem reduzir as academias a museus de antiguidades, destinada a consagrar os génios decrépitos, que se reuniam periodicamente para a leitura de trabalhos já ultrapassados, leitura seguida do elogio mútuo.

Que noção mais errada e injusta. Leiam-se as Memórias da Academia, venha-se assistir às suas sessões que são públicas, conheçam-se os nomes dos seus sócios efectivos e correspondentes, acompanha-se a sua actividade editorial, consultem-se os seus trabalhos e deixemo-nos de jacobinismos ultrapassados.

Acusa-se igualmente a Academia de ser elitista pelo «*numerus clausus*» dos seus membros, é um problema delicado e com múltiplas implicações, mas julgo que não é esta sua característica que a impede de ser progressiva e dinâmica, embora não me furte a dizer que face aos desenvolvimentos da ciência e do seu escol, o número actual de sócios efectivos e correspondentes deveria ser alargado.

A Academia francesa, mantém os seus 40 membros, mas, no que me toca, não é o modelo francês que me seduz.

Não é, porém, este o lugar nem o local para discutir tal assunto.

Estamos hoje aqui reunidos com outra finalidade, celebrar o encerramento das comemorações do nosso bicentenário e para dar público testemunho da certeza da continuidade da Academia.

Vamos continuar com mais tenacidade, com mais teimosia, contra ventos e marés. Tivemos períodos de grandeza e miséria. Não é dos primeiros o momento actual, mas também não cabe nos segundos. Lenta, segura, perseverante e tenazmente estamos na vertente ascendente e vamos subi-la até procurarmos o cume compatível com a realidade contemporânea.

Não temos quanto a isto a menor dúvida, se tal fora não teria estado aqui estes minutos a incomodar V. Exas. Muito obrigado.

PUBLICAÇÕES DO II CENTENÁRIO DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA